



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679917 - RJ (2021/0218317-5)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : GABRIEL MATHEUS DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL MATHEUS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0285362-17.2019.8.19.0001).

O paciente foi condenado pelo Juízo da 14ª Vara Criminal da Comarca da Capital/RJ à pena de 7 anos 7 meses e 10 dias de reclusão em regime fechado, por violação do art. 157 e 157 c/c o art.14, II, na forma do art. 70, todos do Código Penal. A defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que teve provimento negado.

A impetrante sustenta ser devido o reconhecimento da atenuante da confissão e a sua correta compensação com a agravante da reincidência. Pede o paciente a redução da pena-base ao mínimo legal ou mais próximo dele, com o aumento por uma circunstância judicial negativa não superior a fração de 1/8 a 1/6, partindo da pena-base, e a compensação da atenuante da confissão com uma das agravantes da reincidência, com a consequente adequação da pena aplicada.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida a ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente